

DIREÇÃO-GERAL DAS POLÍTICAS INTERNAS
DEPARTAMENTO TEMÁTICO B: POLÍTICAS ESTRUTURAIS E DE
COESÃO

CULTURA E EDUCAÇÃO

INVESTIGAÇÃO DESTINADA À COMISSÃO
CULT – AS LÍNGUAS MINORITÁRIAS E A
EDUCAÇÃO:
MELHORES PRÁTICAS E DIFICULDADES

RESUMO

Resumo

O presente relatório apresenta uma análise comparativa aprofundada de treze estudos de caso linguísticos e tem por objetivo contribuir para uma melhor compreensão da situação das línguas minoritárias na área da educação na Europa. Nele são descritas as melhores práticas e é dado destaque aos desafios com que as línguas minoritárias se confrontam na área da educação. É reservada especial atenção à formação profissional e às perspetivas de carreira. Por fim, este relatório formula recomendações sobre o modo como a UE pode apoiar as línguas minoritárias na área da educação.

O presente documento foi solicitado pela Comissão da Cultura e da Educação do Parlamento Europeu.

AUTORES

Rixt VAN DONGERA, MA, Centro de Investigação Europeu Mercator
Cor VAN DER MEER, Centro de Investigação Europeu Mercator
Richt STERK, MA, Centro de Investigação Europeu Mercator

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer a Ramziè Krol-Hage, MA, a Jorrit Huizinga, MA, e a Marlous Visser, MA, a sua assistência e os preciosos comentários ao longo do estudo. Além disso, vários peritos foram entrevistados no decurso do projeto e os autores gostariam de lhes agradecer as ideias e os contributos úteis.

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO TEMÁTICO

Administrador de investigação parlamentar: Michaela FRANKE
Assistência ao projeto e à publicação: Virginija KELMELYTE
Departamento Temático B: Políticas Estruturais e de Coesão
Parlamento Europeu
B-1047 Bruxelas
Endereço de correio eletrónico: poldep-cohesion@europarl.europa.eu

VERSÕES LINGUÍSTICAS

Original: EN

SOBRE O EDITOR

Para contactar o Departamento Temático, ou assinar o respetivo boletim informativo mensal, queira escrever para: Poldep-cohesion@ep.europa.eu

Manuscrito concluído em fevereiro de 2017.

© União Europeia, 2017

O presente documento está disponível na Internet em:

<http://www.europarl.europa.eu/supporting-analyses>

DECLARAÇÃO DE EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

As opiniões expressas no presente documento são da exclusiva responsabilidade do autor e não representam necessariamente a posição oficial do Parlamento Europeu.

A reprodução e a tradução para fins não comerciais estão autorizadas, mediante menção da fonte e aviso prévio ao editor, a quem deve ser enviada uma cópia.

RESUMO

Principais conclusões

Tendo por base um exame da legislação, dos projetos e da literatura relevantes juntamente com uma análise comparativa aprofundada de treze estudos de caso linguísticos, o presente relatório expõe uma série de conclusões principais, essenciais para uma compreensão aprofundada das melhores práticas e dificuldades no que respeita às línguas regionais e minoritárias na educação. As conclusões mais importantes são as seguintes:

- Não existe um modelo único de melhores práticas adequado a todas as minorias;
- Ao reconhecer que uma língua é cooficial ou oficial, um Estado compromete-se a tomar medidas concretas para proteger e promover essa língua;
- É o Estado-nação que deve implementar as medidas necessárias que foram acordadas;
- O apoio institucional e o planeamento linguístico têm uma importância fundamental para a educação das minorias;
- Um problema amplamente reconhecido no que se refere ao ensino de línguas minoritárias que deve ser resolvido diz respeito à disponibilidade de material didático de alta qualidade e de professores qualificados de línguas minoritárias.

O desafio mais generalizado e reconhecido por todos no que se refere ao ensino de línguas minoritárias é a disponibilidade de material didático de alta qualidade e a proficiência dos professores de línguas minoritárias. Apesar de não existir uma solução única para os desafios com que as minorias se deparam, o presente relatório oferece uma série de recomendações gerais para a continuação do desenvolvimento e a promoção das línguas minoritárias.

Convém assinalar que a responsabilidade principal de aplicar as medidas essenciais para melhorar a qualidade do ensino das línguas minoritárias cabe ao Estado-nação. Um Estado-nação pode comprometer-se a promover e a desenvolver as suas línguas minoritárias através do reconhecimento dessas línguas como línguas cooficiais ou oficiais e/ou da ratificação da Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias para as línguas em causa. O apoio institucional e o planeamento linguístico são os elementos essenciais da ajuda que um Estado-nação pode assegurar.

Recomendações

As recomendações que podem ser formuladas com base na análise comparativa dos estudos de caso (Anexo 2) centram-se num conjunto variado de assuntos. Com base no exame constante do capítulo 1 e na análise levada a cabo no capítulo 2, este relatório apresenta as seguintes recomendações à União Europeia e aos seus Estados-Membros:

- Manter e promover programas centrados na partilha de experiências e de melhores práticas ligadas às línguas regionais e minoritárias na Europa;
- Promover a investigação em toda a UE nos domínios da educação, da aprendizagem de línguas e dos modelos pedagógicos num contexto multilingue;
- Estimular o desenvolvimento de material didático de qualidade para todos os níveis de ensino das línguas minoritárias;
- Fomentar relações estáveis entre países, especialmente nas regiões fronteiriças onde ambas as línguas são faladas;
- Desenvolver um sistema internacional de recompensas que incentive os professores a tornarem-se proficientes no ensino em contexto de sala de aula multilingue;
- Sensibilizar os cidadãos de toda a Europa para o multilinguismo;

- Incentivar os Estados-Membros a ratificar os quadros legislativos necessários para o correto reconhecimento jurídico das línguas;
- Implementar o planeamento linguístico como questão central a longo prazo das políticas dos Estados;
- Incentivar os Estados-Membros a assegurar a aprendizagem contínua das línguas minoritárias, desde o ensino pré-primário até ao ensino superior.

A base destas propostas e uma descrição mais detalhada e explicativa das recomendações figuram no capítulo 3.

Contexto

Existem muitas línguas minoritárias na Europa e cada uma delas tem de fazer face a desafios ao nível nacional ou regional. Não existem uma definição única dos conceitos «minoria» e línguas «minoritárias». No âmbito deste relatório, escolheu-se seguir a definição utilizada na Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias, e colocar a ênfase apenas nas línguas tradicionalmente utilizadas num dado território de um Estado pelos cidadãos desse Estado. Na prática, tal significa que as línguas utilizadas por grupos que migraram para a Europa ou dentro da Europa nas últimas décadas não são consideradas.

Nos termos do princípio da subsidiariedade, as questões relacionadas com as línguas minoritárias na área da educação devem ser tratadas a nível nacional e, por vezes, a nível regional. Contudo, a influência internacional e, mais especificamente, europeia nestas matérias não deve ser ignorada. Um vasto número de países do continente europeu assinou e ratificou a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias e a Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais, o que exige a estes países a tomada de medidas relevantes para proteger e melhorar a situação das suas minorias nacionais e línguas minoritárias. Os dois documentos são instrumentos juridicamente vinculativos do Conselho da Europa, e em especial a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias centra-se muito especificamente nos direitos que as línguas minoritárias podem fazer valer no campo da educação. A influência da Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias e da Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais, de outras Cartas relevantes da UE, como a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, assim como o apoio que a União Europeia pode prestar, por exemplo através do fomento da investigação e de projetos que estimulem a cooperação entre várias zonas com línguas minoritárias, são particularmente importantes para o debate da questão das línguas minoritárias na área da educação.

O principal objetivo deste projeto de investigação é providenciar uma panorâmica clara da situação de treze línguas minoritárias europeias, em especial no respeitante ao papel que as línguas minoritárias desempenham na educação. O relatório contém igualmente um capítulo sobre matéria contextual, incluindo a definição de «línguas minoritárias» utilizada e uma descrição dos acordos internacionais relevantes e da evolução da situação a nível da UE. É importante entender que já existe um extenso enquadramento para a proteção e a promoção das línguas regionais.

Os treze casos foram comparados ao nível das «melhores práticas» e «desafios». Apesar de cada região ter uma situação linguística específica, existem grandes benefícios em partilhar melhores práticas e muito pode ser aprendido a partir dos desafios que se colocam a cada uma. O papel que a UE pode desempenhar neste processo também foi tido em consideração.

Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo incluiu a redação de estudos de caso abrangentes para todas as línguas selecionadas. A informação foi retirada maioritariamente da série *Regional Dossiers* do Centro de Investigação Mercator e complementada por entrevistas a peritos de diferentes regiões europeias (Anexo 1). Estas entrevistas completaram a visão geral obtida com os estudos de caso do presente relatório e permitiram obter informação mais detalhada sobre, por exemplo, a situação específica de uma língua e a evolução das carreiras profissionais. Por forma a criar um quadro alargado no qual este relatório e as suas conclusões pudessem ser inscritos, realizou-se um exame aprofundado da legislação, da literatura científica e dos projetos europeus relevantes.